

Governo garante

O Banco do Brasil terá de assumir o desconto de duplicatas que

Para evitar a grave crise de liquidez que vinha sendo anunciada para este final de mês pelo sistema bancário privado, os ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e do Planejamento, Delfim Neto, autorizaram ontem o Banco do Brasil a assegurar crédito às empresas comerciais e industriais em todo o País.

O presidente do BB, Oswaldo Colin, explicou que foram liberados Cr\$ 35 bilhões para o desconto de duplicatas daqueles setores. Segundo ele, esses recursos foram remanejados das linhas de custeio agrícola, de preços mínimos e de câmbio. A superintendência do BB em São Paulo foi a que recebeu o maior volume adicional de recursos: Cr\$ 6 bilhões.

Essa medida foi divulgada através de uma nota oficial assinada por Galvães e Delfim, distribuída inclusive no Palácio do Planalto. Segundo a nota, "o Banco do Brasil fica desde já autorizado a aplicar toda sua margem operacional do suporte de suas carteiras comercial e industrial no desconto de duplicatas, financiamento de estoques, Pasep, etc".

Esse aumento da oferta de crédito do Banco do Brasil, porém, não comprometerá os objetivos da política monetária, sustenta a nota. É que o governo brasileiro assumiu compromisso com o Fundo Monetário Internacional no sentido de reduzir a liquidez no segundo semestre, controlar a política monetária, o que proporcionará maior recessão.

Mera suposição

"O Banco do Brasil apenas realocará recursos dentro de seu próprio orçamento", explicou o porta-voz do Ministério da Fazenda, Pedro Luiz Rodrigues. Técnicos da área econômica, ontem à tarde, de fato não sabiam de onde o Banco do Brasil iria conseguir mais recursos para emprestar a não ser, segundo eles, que o governo adote uma série de medidas, transferindo, por exemplo, a arrecadação com a antecipação do Imposto de Renda pago pelas instituições financeiras.

"O governo espera superar as eventuais dificuldades antecipadas pelo sistema bancário privado", destaca ainda a nota de Galvães e Delfim, que pode ser traduzida, segundo técnicos, assim: o governo já tomou consciência de que o tabelamento de juros só vai vigorar mesmo se uma instituição segura e forte, como o Banco do Brasil, garantir a oferta de crédito. O governo não pode impor aos bancos privados que voltem a fazer suas operações de crédito, mas espera que eles, depois de determinado período, façam isso automaticamente.

Por sua vez, o porta-voz do Ministério da Fazenda enfatizou que a informação do vice-presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Pedro Conde, de que os bancos não terão condições de emprestar nos próximos meses é mera suposição dele e que, segundo tudo indica, isso não ocorrerá, pois o Banco Central já está vendendo LTN a 8,4% ao mês. Os bancos estaduais, acrescentou Pedro Luiz Rodrigues, deverão ser beneficiados com o esquema especial de liquidação parcial de suas CDBs no mês de agosto.

"Tudo isso tenderá a reduzir a taxa de financiamento do mercado aberto", disse o porta-voz, expressando, naturalmente, o pensamento do ministro Galvães.

"Insuportável"

O porta-voz lembrou que os bancos comerciais e de investimento alegam que a taxa de financiamento do overnight está alta, impedindo a colocação de CDBs com taxas de 13% ou 14% — que seriam as taxas compatíveis com o tabelamento de 20% ou 24% mais correção monetária, fixadas pela Resolução 844. Esse seria um fenômeno ocorrido durante esta semana, o que levou Pedro Conde a declarar que se continuar assim, não haverá crédito nos próximos quatro meses.

Na terça-feira, depois de encontrar-se com o ministro Galvães, o presidente da Febraban, Roberto Konder Bornhausen, também advertiu que haveria crise de liquidez "insuportável" se o governo não adotasse logo medidas para alinhar as taxas de juros dos títulos públicos e o tabelamento imposto aos bancos na última reunião do Conselho Monetário Nacional. Mas foi enfático em dizer que, no momento, não se cogita de retirar o tabelamento de juros.

Fontes da área financeira informaram, porém, que alguns bancos estão emprestando, embora exigindo vários tipos de reciprocidade, das quais a mais comum é a seguinte: no ato do empréstimo, o banco vende CDBs por uma determinada taxa e com o compromisso de resgatá-la depois com taxa menor. "Isso continua proibido", lembrou ontem um qualificado assessor do Ministério da Fazenda.

Em todo o País

Oswaldo Colin informou que as agências do BB em todo o País já estão operando no desconto de duplicatas desde ontem e que o volume colocado à disposição, que representa toda a margem operacional do banco, servirá de suporte às carteiras comercial e industrial somente para este final de mês.

Segundo explicou o presidente do BB, não haverá nenhum corte na disponibilidade de recursos das três linhas, uma vez que Cr\$ 12 bilhões virão da linha de custeio agrícola, que neste final de mês tem apresentado uma queda diária na demanda de Cr\$ 4 bilhões; o restante vem das linhas de câmbio, onde a maior necessidade se dá no financiamento da exportação de café, que ele informou já ter sido suprida antes da medida, e de preços mínimos, que também não foi reprimida. Colin garantiu que o banco atenderá à demanda de créditos dos dois setores sem sair do seu limite de expansão de empréstimos, fixado em 60% para o mês de julho.

O presidente do BB ironizou as críticas feitas pela rede bancária privada à medida do governo, lembrando uma frase que ele diz ter ouvido muitas vezes dos banqueiros: "quando o Banco do Brasil amplia suas aplicações, cheve nas cabeceiras". Para Colin, esta "chuva" vai irrigar a planície onde está a rede bancária, de quem ele diz esperar uma resposta positiva à medida.

Colin garantiu ainda que a medida adotada ontem demonstra que o governo pretende insistir no tabelamento de juros, promovendo sempre a oferta adicional de recursos caso a rede bancária se negue a suprir o mercado.

os bancos privados não estão podendo conceder à indústria e ao comércio
crédito às empresas